



“No tempo dos antigos índios”: memória e identidade indígena no Planalto da Conquista em fins do Século XX e princípios do XXI¹

Renata Ferreira de Oliveira²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a descendência indígena de Batalha, região rural de Vitória da Conquista na Bahia, tendo em vista a presença de comunidades que se auto definem como originárias das etnias indígenas que habitaram a região antes da sua colonização. Ainda se propõe a analisar os conflitos marcantes na história de vida dos atuais habitantes, bem como os processos de resistência definidores da identidade e da tradição. Assim, é a partir da revisitação da memória presente na rede de transmissão oral da Batalha, que se fundamenta essa pesquisa, tendo como possibilidade propor um encontro com os registros dessa memória e o tempo presente.

Palavras-chave: Conflito, indígenas, resistências.

***"In the time of ancients indians":
memory and identity of indigenous in “Planalto da Conquista” (Brazil) in the Century
XX ends and principles of the Century XXI***

ABSTRACT

This article aims to discuss about indigenous descendants of “Batalha”, a rural region of “Vitória da Conquista”, in “Bahia”, Brazil, in view of the presence of communities that self-defining as originating from indigenous ethnic groups that inhabited the region first your colonization. It still aims to analyze the defining conflicts in the history of life of current residents, as well as the defining resistance processes of identity and tradition. Therefore, it is from the revisitation of this memory in the oral transmission of “Batalha”, which is based this research, with the possibility to propose a meeting with the records of this memory and the present time.

KEYWORDS: Conflict, indigenous, resistance.

¹ Recebido em: 12 de setembro de 2015. Aceito para publicação em: 15 de janeiro de 2016.

² Professora de História do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus de Salinas. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2012). Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2009). E-mail: renata.oliveira@ifmg.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9138560644299963>.



Memórias Reveladas: O grupo indígena da Batalha

No interior baiano, precisamente na região historicamente denominada Sertão da Ressaca, há um povo que mesmo sem saber exatamente a que grupo nativo pertenceram os seus antepassados, decidiu se organizar a partir da (re)construção de sua consciência étnica como indígenas. Em um passado não tão distante, crianças que moravam nesse lugar estavam brincando na serra quando encontraram pedaços de utensílios dos índios que há muito tempo habitaram aquele lugar. Dos vestígios que os antigos deixaram, as mulheres decidiram aprender a fazer peças artesanais de barro e incorporá-las à sua vida cotidiana. A terra vermelha, ao tingir as panelas de cerâmica então produzidas, era vista como “o sangue dos antepassados”, derramado em demasia quando a “civilização” chegou próxima ao mundo indígena. Ao passo que a partilha da aprendizagem da arte trazia a lembrança das aldeias, unidas para sobreviver à dor imposta por homens vindos de longe e que chegavam para guerrear, para conquistar.

O passado nesse lugar do sertão é desenhado por marcas e raízes profundamente indígenas, reveladas nas rodas de conversas com os idosos em torno do fogo. Elas exaltam os valentes guerreiros, os caboclos da tribo, aqueles que levavam no peito, na lança e na flecha a certeza de que seu povo continuaria e seguiria resistindo naquele pedaço de chão que outrora fora pisoteado pelas botas do caçador que estava em busca, não de animais, mas de índios. E foi assim, na longa jornada da conquista promovida pelo invasor, nas marchas rumo às guerras, que resistiu encravado na serra um lugar chamado Batalha, um lugar de índios.

Quando a guerra dos brancos chegou para os índios do Planalto da Conquista não havia muitos caminhos a seguir. Os mais comuns eram dois: ou a resistência ou a aliança³. Essa última, muitas vezes, era a arma de sobrevivência para os nativos, ao passo que, para os invasores era o meio de dominar as populações indígenas.

³ Essa discussão pode ser vista em toda a obra da professora doutora Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Para essa primeira parte do texto utilizo, sobretudo, o texto sobre os índios do Rio Pardo. Ver: PARAÍSO, Maria H. B. Os índios do Rio Pardo e a Imperial Vila da Vitória. *Revista do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA*, Salvador, Ano 1, n.1, dez. 1984.



O Sertão da Ressaca foi um lugar de refúgio onde etnias indígenas puderam sobreviver. Há diversos autores que apresentam essa discussão, mas a revista do Museu Regional sobre a história indígena é uma importante publicação nesse sentido⁴.

Em fins do século XVIII, o canto do pássaro agourento prenunciava um tempo nefário que chegaria com a poeira das tropas, com o barulho das clávenas e com os latidos dos cães. Era o tempo da luta sangrenta. Os contatos entre brancos e índios aconteceriam com muita rapidez e os combates eram inevitáveis. E eles chegaram. Cruentos e traiçoeiros foram, pouco a pouco, causando às sociedades indígenas a transformação das suas estruturas sócio-políticas e econômicas.⁵

Os kurukas,⁶ ou seja, as crianças indígenas, eram capturados, as mulheres caçadas a “dente de cachorro” e os homens obrigados a trabalhar pesadamente na derrubada de suas matas, na abertura de estradas. Logo mais, crianças, mulheres e homens seriam levados para longe de seu território, confinados em aldeamentos, dividindo o mesmo espaço com seus inimigos nativos.

Essa nova realidade era difícil para os índios que eram obrigados a abandonar os territórios, os túmulos dos seus antepassados, os lugares de festas e orações para recomeçarem em terras estranhas, com homens e costumes estranhos. Não houve muita saída para os nativos. Eles foram levados, aldearam-se e recomeçaram. Mas, para eles, a saudade das terras dos antepassados era forte demais para ser abandonada, por isso, alguns, em algum momento, decidiram voltar. Assim, os índios, agora aldeados, voltaram e recomeçaram a comunidade nesse lugar do sertão chamado Batalha.

⁴ AGUIAR, Edinalva (Org.). *Ymboré, Pataxó, Kamakã* : A presença indígena no Planalto de Conquista. Museu Regional de Vitória da Conquista – UESB, 2000.

⁵ Optei por um estilo narrativo mais espontâneo, pelo fato dessa pesquisa tratar centralmente de memórias. As evidências aqui discutidas sobre a ocupação do território indígena do atual município de Vitória da Conquista podem ser encontradas no documento escrito por João Gonçalves da Costa, sertanista que adentrou esses territórios. Ver: Cópia da Carta de João Gonçalves da Costa ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa e governo interino da Bahia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil – Avulsos. (Cairu, 23 de fevereiro de 1782) Cópia gentilmente cedida pelo Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

⁶ O termo *Kuruka* quer dizer criança na língua materna dos índios Gren/Botocudos. Sobre esse tema ver: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Trabalho escravo de crianças indígenas*: uma realidade do século XIX. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/maria_hilda_baqueiro_paraíso.pdf>. Acesso em: 15/02/2015.



A Batalha não era mais a mesma, os índios também não. Ela havia sido ocupada por gente branca, por gado e por roças. Eles agora estavam misturados, miscigenados, inseridos em uma cultura alheia à de seus antepassados. Mas isso não importava, o que de fato contava para os índios era estar no lugar onde os guerreiros tombaram em luta, onde os espíritos apareciam na mata, onde os caboclos da tribo vinham à noite para conversar e aconselhar.

Mas a violência pelas guerras não cessava. Para a sociedade que nascia, o único índio bom era o morto ou o civilizado⁷. Não se admitia índios “errantes” nas matas. Por isso, pouco a pouco, os costumes dos antepassados ficavam distantes, esquecidos. A separação dos parentes que permaneciam nos aldeamentos ou que “desapareceram” dentro da sociedade nascente, também causaram inúmeras perdas para os índios, principalmente no processo de reelaboração das suas identidades.

Tal como um cacto, que nesses sertões brota sobre as pedras, a lembrança dos índios insistia em resistir. E foi assim que esse povo, nesse lugar, juntando os fragmentos de um passado estilhaçado, reconstituiu uma memória indígena que hoje é patrimônio do grupo⁸.

A História de Vitória da Conquista

Correu de boca em boca por entre as gerações: os mais idosos ainda sabem que o curioso nome da Cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, está ligado à conquista dos índios por João Gonçalves da Costa, o povoador⁹. Entre o Rio Pardo e o Rio de Contas abrigavam-se

⁷ Há uma série de documentos que evidenciam o cenário de violência na qual os indígenas do Planalto da Conquista foram inseridos a partir da chegada dos sertanistas. No Arquivo do Fórum João Mangabeira encontramos, por exemplo, processo contra o índio Manoel Periquito e outros, documento sobre a morte do Capitão Justino Ferreira Campos no Arraial dos Poções, processo contra o índio Joaquim dando notícias sobre a tentativa de assassinato de um negro. Diversos, 1848 e Diversos, 1877.

⁸ O conjunto de depoimentos colhidos entre os anos de 2009 e 2010 compõem o arquivo que denominei de Memórias da Batalha. É importante ressaltar que a constituição do banco de dados a partir das fontes orais originou-se de entrevistas individuais e grupais. Para tanto, foi imprescindível estruturar os métodos próprios da história oral, como ensina Paul Thompson. Para esse autor, é necessário usar uma metodologia anteriormente rearranjada, pensada e planejada antes de ir ao grupo. Então, devemos guiar-nos por um roteiro de entrevistas cuja finalidade é não deixar perder instrumentos necessários à compilação dos relatos orais, tais como sentimentos expressos, gestos empregados durante as falas, silêncios, lugares de memória, entre outros. São esses instrumentos que alimentam o “banco de dados.” Ver: OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado. UFBA. 2012. THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1992.

⁹ Termo utilizado pelo Jornal *O Combate* - Ano VI - Vitória da Conquista, 4 de Março de 1935, n. 28.



os índios da Ressaca: Pataxós, Mongoyós e Ymborés. Tomando conhecimento deles, o português e mestre-de-campo João da Silva Guimarães¹⁰ entendeu-se com El-Rei, oferecendo-se para conquistar esses gentios que “infestavam” o rico sertão.

Receando um encontro com os índios que lhe fosse prejudicial, pois eram somente cinquenta soldados e mais de trezentos “selvagens”, tomou o sertanista conhecimento da localização dos nativos, nas proximidades do Rio Gavião.¹¹ Seguiram-nos de longe, saindo num lugar denominado Santa Inês,¹² onde lhe fora revelado, “por milagre”, o seu itinerário¹³. Já à noite, abraçou a mata adentro “com archotes de raízes resinosas, em busca dos índios, até um lugar chamado Batalha,¹⁴ (assim chamado pela luta que aí se feriu), onde os alcançou, travando-se às 4 horas da manhã luta renhida, selvagem e porfiada”¹⁵.

A chegada dos portugueses ao Brasil modificou diretamente os modos de vida dos índios que habitavam suas terras. É sabido que os primeiros contatos foram pautados no ritmo do escambo já conhecidos pela historiografia nacional. Ao passo que se estabeleceu o povoamento das terras, determinando sua exploração com base na política agroexportadora, os conflitos entre os povos nativos e os colonizadores se acirraram. O compasso da conquista

Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

¹⁰ João da Silva Guimarães foi um dos principais bandeirantes a explorar os sertões mineiro e baiano em meados do século XVIII. Explorou a Barra do Rio Doce, às margens do Rio São Mateus, nos sertões mineiros; e posteriormente, o Alto Sertão e o da Ressaca, na Bahia. Ele buscou, a serviço da Coroa portuguesa, as tão faladas esmeraldas existentes no sertão de Minas Gerais e reservas de ouro e prata no baiano. Chegou a comunicar descoberta de diamantes na Barra do Rio Doce, indo depois para o Alto Sertão da Bahia. De lá, foi para o Recôncavo, onde continuou a relatar suas descobertas às autoridades portuguesas. Na Bahia, percorreu os territórios do Rio Paraguaçu, Rio das Contas e Rio Pardo. Sobre João da Silva Guimarães. Ver: MEDEIROS, R. H. de A. *O município da Vitória*. Notas críticas. Edições UESB, 1996. p. 96.

¹¹ Atualmente, o Rio Gavião pertence aos municípios de Anagé e Caraíbas - e daí para o Ribeirão do Gado Bravo localidade de mesmo nome que pertence à divisa dos municípios de Anagé e Caetanos. Ver: TORRES, Tranquilino. *O município da Vitória*, 1897, p. 44.

¹² Serra da Santa Inês localizada na Batalha. Ainda hoje a serra é conhecida por este nome e tem por referência as lutas que ali se deram entre índios e sertanistas.

¹³ Versão do cronista Anibal Lopes Viana. Ver: VIANA, Anibal L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1. 1982, pp.14-15.

¹⁴ A comunidade da Batalha atualmente se reivindica como descendente dos indígenas que ali viveram nos tempos da conquista. A Batalha já foi uma grande fazenda. Nas palavras de Ruy Medeiros: “É que “Batalha” designava área bem maior do que o espaço ocupado posteriormente pelo velho latifúndio denominado Fazenda Batalha. Agora essas terras encontram-se bastante fragmentadas e com várias denominações. De acordo com os relatos dos moradores, a jurisdição iniciava-se no Poço Escuro, um dos lugares de moradia dos nativos, até o extremo da atual comunidade da Lagoa do Arroz e da Serra de Santa Inês. As terras se estenderiam por um raio de 40 km de extensão. O território localiza-se a oito quilômetros da cidade de Vitória da Conquista, no distrito rural de José Gonçalves. Ver: MEDEIROS, R. H. *Notícias da Velha Casa de Oração*. Disponível em: <http://www.blogdopaulonunes.com/noticias_especificas2008a/20080201_noticia_01.htm>. Acesso em: 08 de outubro de 2009.

¹⁵ VIANA, Anibal L. Op. cit., p.15.



e exploração das terras pelos portugueses desencadeou a resistência e luta pela manutenção dos territórios dos indígenas. Os processos que transformaram as relações sociais e, por sua vez, destruíram comunidades nativas que habitaram o Sertão da Ressaca foi o mesmo já utilizado contra esses povos em outras regiões da colônia.

A colonização do Planalto da Conquista foi o resultado de um processo conexo à busca de ouro, já decadente nas Minas Gerais, à expansão da pecuária, bem como ao povoamento dessas terras, o que possibilitaria a formação de um caminho entre o litoral e o sertão e o aprisionamento e/ou “conquista” da população nativa.

A “pacificação” e povoamento do território que se chamaria Arraial da Conquista, inicialmente realizados por João da Silva Guimarães,¹⁶ líder da Bandeira¹⁷ responsável pela ocupação territorial do sertão, iniciada em meados do século XVIII, foi continuada por João Gonçalves da Costa¹⁸. A história do município de Conquista está marcada pela luta contra as aldeias nativas, em um contexto caracterizado pela violência, pela imposição da cultura do colonizador, pelo aldeamento dos índios sobreviventes, que obrigou os diversos grupos, muitas vezes inimigos, a conviverem entre si, num sistema de violação de sua cultura e organização.

A visão construída sobre o fundador de Vitória da Conquista, o capitão-mor João Gonçalves da Costa, é bastante positiva, tendo ficado eternizada nas memórias refletidas na imprensa mais de um século depois. O jornal *O Combate* disse dele: “criou no centro da Bahia o grande núcleo pastoril. Augusto de Saint Hilaire conheceu-o, quase centenário. O

¹⁶ Sobre João da Silva Guimarães, ver: MEDEIROS, R.H. de A. *O município da Vitória*. Notas críticas. Vitória da Conquista, 1996, p. 96.

¹⁷ Ruy Medeiros, nas notas da edição do livro de Tranquilino Torres, *O município da Vitória*, salienta que: “o objetivo da bandeira sertanista era explícito naquele regimento: Conquistar o sertão entre os Rios das Contas, Pardo e São Mateus, encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos que fossem encontrados”, p.90.

¹⁸ Assim o descreve Maria Aparecida Sousa: “João Gonçalves da Costa é uma figura proeminente e pioneira no processo de conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca, local em que se estabeleceu o arraial da Conquista, núcleo original da cidade de Vitória da Conquista. Destacado por uma atuação empreendedora, arguta e aventureira, revelando-se como um agente do Estado Português altamente dedicado e eficaz”. SOUSA, Maria Aparecida. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Edições UESB, Vitória da Conquista, 2001, p. 47.



príncipe Maximiliano de Wiede-Neuwied fala enternecidamente dele. Um espantoso sujeito aquele João Gonçalves da Costa!”¹⁹.

Sobre o gentio, a memória construída é oposta, negativada:

De fibra inflexível, de pé veloz, de catadura má, senhores, qui’ora de todo o interior da província. Errantes, sem acampamentos e sem lavouras, como um bando de inimigos perversos, de tacapes ao ombro e envernizados de resinas vegetais, andavam pelos desertos ainda inviolados²⁰.

No contexto das disputas pela ocupação do território onde se originou a Cidade de Vitória da Conquista, os conflitos com os Mongoyó são os mais abordados pela historiografia local, que alimentou a mitológica fundação de Vitória da Conquista. Os contatos entre colonizadores e o povo Mongoyó não ocorreram sem oscilações, indo desde a formação de alianças até o confronto direto. O mito que fundamenta a gênese da cidade encontra-se vivo ainda hoje no imaginário popular. A memória local refere-se, sobretudo, ao marco que é a batalha final entre os Mongoyó e os colonos, na qual João Gonçalves da Costa teria, inclusive, recebido ajuda de Nossa Senhora das Vitórias, que o teria apoiado ainda em combate²¹.

A resistência dos indígenas foi o principal obstáculo para a formação do Arraial. As etnias que habitavam a encosta do Planalto foram desestruturadas, mas não sem resistirem por meio dos mais complexos sistemas de oposição à conquista. Desde os primeiros contatos com os desbravadores, os nativos reagiram defendendo o seu território, e mesmo depois da instalação do Arraial da Conquista, tem-se notícias de confrontos entre colonizadores e indígenas. Aliás, os primeiros tempos de Conquista são marcados “por um conjunto de guerrilhas cruéis, onde as tribos foram dizimadas pela força das armas, da exploração e pela disseminação de doenças contagiosas”²².

A instauração do conflito foi marcada pelas batalhas entre nativos e colonos. Esses últimos fizeram largo uso de vários mecanismos já empregados na captura dos indígenas. Das etnias indígenas dessa região, foram os Mongoyóos que se associaram a João Gonçalves da Costa, numa tentativa de sobreviver às intenções do capitão-mor e ainda combater os

¹⁹ *O Combate*. Op. cit.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Sobre os conflitos travados entre indígenas e João Gonçalves da Costa, ver: TORRES, T., Op. cit, p. 46-47.

²² MEDEIROS, Ruy Herman. *Recomendação ao bandeirante*. Fifó, Vitória da Conquista, 1998, p. 124.



Ymboré, seus inimigos. Esse complexo mecanismo pode ser entendido como um fator de sobrevivência ante a conquista efetuada pelos colonizadores. Conforme argumenta Paraíso²³, certamente, o mestre-de-campo se beneficiou da aliança nas batalhas contra os outros grupos, enquanto os Mongoyó viram nessa união a possibilidade de derrotarem de vez seus inimigos botocudos e manterem seu território. Assim, a partir da discussão exposta acima, pode-se concluir que a fomentação das guerras intestinas entre os grupos indígenas foi estrategicamente empreitada pelos sertanistas para potencializar o processo de conquista dos nativos.

Contudo, com o avanço de João Gonçalves, os Mongoyó perceberam que as suas necessidades iam além da derrota dos seus antigos inimigos, impondo-se aquela de enfrentar o desafio de manterem seus domínios fora do jugo do capitão, cada vez mais ávido por novas terras, especialmente diante do avanço dos latifúndios. À medida que a presença aguerrida dos conquistadores ameaçou a sobrevivência dos Mongoyó, com a usurpação de suas terras, a aliança desfez-se e operou-se a intensificação dos conflitos, com a traição e a crueldade contra os nativos passando a marcar o contexto das lutas entre os antigos aliados e os colonizadores.

A fundação da cidade de Vitória da Conquista é sustentada em mitos. Dentre eles, o de que após o episódio da grande batalha contra os Mongoyó, o capitão-mor prosseguiu nas suas conquistas, lutando contra índios resistentes e jaguares²⁴. De facão em punho, teria enfrentado os selvagens, momento em que teria visto surgir entre as folhagens uma índia muito diferente das outras, pela beleza que possuía, e que, ao tentar aproximar-se para capturá-la, a índia correria à sua frente desde o lugar de nome Batalha até o lugar do centro da grande aldeia Mongoyó. Ali, a índia dera a frente ao capitão e ele teria reconhecido nela a imagem de Nossa Senhora. O capitão apavorou-se, estatelado com a visão. Fincou o facão no chão, ajoelhou-se e disse: “*aqui, levantarei a Vossa Igreja*”. Assim, a índia desapareceu em sua frente²⁵.

Os episódios das batalhas contra os indígenas e a posterior colonização do Planalto da Conquista são imortalizados em trechos do canto do guerreiro Mongoyó, de autoria de Elomar Figueira Mello, “um dia bem criança eu era, ouvi de um velho cantador. Sentado na Praça da

²³ PARAÍSO, Maria H. B. *Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no Sul da Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 1982.

²⁴ *O Combate*, Op. cit.

²⁵ VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982, p. 15.



Bandeira que vela a tumba dos heróis. Falou do tempo da conquista da terra pelo invasor. Qui em inumanas investidas venceram os índios mongoyós. Valentes mongoyós”²⁶.

A descendência indígena da comunidade da Batalha se identifica com os índios sobreviventes ao massacre. Alguns foram capturados e “amansados”, outros se refugiaram na localidade conhecida por “casa dos índios”²⁷. Ao passo que a consolidação do povoamento do Sertão da Ressaca se constituía por meio da expulsão dos indígenas de suas terras para a materialização das áreas de pecuária, as configurações de uma sociedade em formação se definiam pela solidificação de famílias originárias do conquistador.

O fio da memória: indígenas reconstróem a sua história

Por se tratar de uma comunidade rural, a maioria das informações acerca da continuidade da presença indígena na Batalha são produtos da memória de seus habitantes. As narrativas aqui citadas fazem parte do arquivo que nomeei de Memórias da Batalha e que foi utilizado para a produção da minha monografia de finalização de curso de História. Esse arquivo contém depoimentos colhidos por mim, mas também por agentes sociais da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no ano de 2005 e por agentes da Comissão Pastoral da Terra (unidade de Vitória da Conquista), entre os anos de 2005 e 2009. Boa parte dos relatos compõem o acervo digital do arquivo dessa Comissão.

No ano de 2010, o arquivo foi complementado durante a pesquisa que desenvolvi no mestrado. Os depoimentos orais compuseram um banco de dados com cerca de quarenta páginas de apontamentos. As entrevistas versam sobre variados assuntos, mas o foco central é a construção histórica da comunidade desde a batalha dos colonizadores com os índios Mongoyó. Porém, os registros também revelam as tradições culturais e artesanais do grupo, a religiosidade e a mitologia. Foram depoentes: Alriza Rodrigues de Oliveira; Jesulino Rodrigues de Oliveira; Adelino Rodrigues de Oliveira; Alice Rodrigues de Oliveira; Fernando

²⁶ Elomar Figueira Mello nasceu na zona rural de Vitória da Conquista. É um importante artista da música brasileira. Mora atualmente na Fazenda Casa dos Carneiros, no município de Anagé, onde mantém uma fundação que abriga suas obras musicais. O canto do guerreiro mongoyó foi originalmente publicado no disco *Cantoria e Cantadores*, no ano de 1984.

²⁷ Nos relatos dos habitantes da Batalha, a casa dos índios aparece como localidade onde os sobreviventes do conflito se refugiaram até serem aldeados, quando surge o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).



Oliveira; Gilvandro Gonçalves, Maria Elza Maria Elza Rodrigues de Oliveira; Valdívio Gonçalves de Oliveira; Hormínio Rodrigues de Oliveira; Juscelina Rodrigues de Oliveira.

A formação da memória da Batalha só se fez possível em razão da preservação da coletividade indígena após a derrota imposta por João Gonçalves da Costa, seja a partir do retorno para o local onde viveram os antepassados, seja migrando para o ambiente urbano da Imperial Vila da Vitória, seja nos aldeamentos, mantendo, dessa forma, a comunidade tão necessária à produção da cultura e da memória.

Enquanto o quase centenário João Gonçalves da Costa descansava em sua fazenda Cachoeira²⁸, rodeado por escravos e “índios mansos”²⁹, os descendentes dos indígenas que resistiram aos seus ataques já fixavam residência novamente na Batalha³⁰. Com o firme intento de lembrar-se de seus parentes mortos, dos que reagiram por força das guerras, das alianças e por fim, dos que tentaram a readaptação nos aldeamentos o grupo que permaneceu no lugar da antiga aldeia, conseguiu atrair outros índios, integrados ou não à população do arraial, para o lugar de seus antepassados, erguendo um memorial para o descanso dos mortos, o atual e mais antigo cemitério da região, o cemitério da Batalha³¹.

Em torno do cemitério, pouco a pouco ressurgiu a comunidade. Nesse tempo, as famílias de fazendeiros já haviam se instalado por lá. Rita Gonçalves da Costa, neta de João Gonçalves da Costa,³² comprara grande parte da fazenda ao Conde da Ponte e à sua consorte³³. Em contraponto, de acordo com o depoimento do senhor Jesulino Rodrigues de Oliveira, o finado Paulo, que era índio, havia se apossado de parte das terras que pertencera aos seus antepassados. Acreditava ele ser herdeiro de mais de seis léguas de terras, desde as

²⁸ Hoje localidade no município de Manoel Vitorino, às margens da BR 116.

²⁹ O príncipe Maximiliano de Wied Neuwied relata o encontro que teve com João Gonçalves da Costa no ano de 1817. Ver: WIED, NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Rio/São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940.

³⁰ Por se tratar de uma comunidade rural, a maioria das informações acerca da continuidade da presença indígena na Batalha são produtos da memória de seus habitantes.

³¹ Ver: Grandes Reportagens do Correio da Bahia. *A Conquista do Oeste: Patriarcas de Conquista*. *Revista Memória da Bahia*. UCSAL, 2002.

³² Sobre Rita Gonçalves da Costa, ver: VIANA, Op. cit., p. 83.

³³ Ação de embargo de obra empreendida por Maria Clemência de Jesus em 1866 contra Joaquim Machado e sua mulher, que estavam em uma posse de terras da dita Maria, fazendo roças e levantando casas sem ter direito algum. A autora da ação se referencia em um documento de 1829, que é a comprovação de que Manoel Gomes Ribeiro e Rita Gonçalves da Costa compraram as terras da Batalha à Casa da Ponte. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Embargo de Obra. Processo Caixa Diversos, 1866.



matas do Poço Escuro³⁴ à Laje do Gavião³⁵. Embora todos desejassem possuir as sete léguas em quadra, prometidas nos aldeamentos do Rio Pardo³⁶, contentaram-se com a parte que puderam ocupar, dividindo-se pelo território da Batalha, sem jamais ter acesso às Matas do Poço Escuro, à Laje do Gavião e tampouco às sete léguas quadradas das aldeias.

Relata o senhor Jesulino que ao ser ameaçada pelos fazendeiros de ter seus territórios invadidos, a família de Paulo comprou um conto de réis dessas terras, repartindo-a entre seus parentes, “porque o Paulo era índio e foi ele que comprou um mil réis de terra aqui e repartiu”³⁷. Assim, os descendentes dos indígenas permaneceram na antiga Batalha, fixando moradia definitiva, embora transitassem constantemente por vários territórios, sobretudo em busca de trabalho nas fazendas, qual foi o caso do índio Artur, que nasceu na Batalha no início do século XX e, quando cresceu, viu-se obrigado a permanecer em constante trânsito pelo território do Cachimbo e pelas terras da Batalha à procura de trabalho.

Quem narra essa história é o senhor Jesulino Rodrigues. De acordo com os seus depoimentos, no Verruga³⁸, o índio Artur empregou-se como roceiro na Fazenda Primavera, antigo latifúndio que pertenceu aos descendentes de João Gonçalves da Costa. Atualmente, é uma fazenda para a pecuária da região do município de Itambé. Passou a viver entre o que restou dos índios aldeados, onde “morreu à míngua, sem auxílio médico”³⁹.

Na Batalha, depois de reconstruída a comunidade, a lembrança dos tempos da guerra da conquista permanecia viva e representada pela serra da Santa Inês e pelo cemitério construído no lugar da luta. Diz Seu Jesulino:

o batalhão dos índios era aí, onde tem o cemitério. Já chama Batalha porque era dos índios. Os mais velhos falavam que nós viemos da nação dos índios da Santa Inês, que por sinal era índia e minha vó. Essa descendência de hoje

³⁴ Até hoje a região é conhecida como Matas do Poço Escuro e era um lugar de refúgio dos indígenas perto da nascente do rio de mesmo nome.

³⁵ Localidade ainda com esse nome por conta do Rio Gavião cortar o lugar. Pertence ao município de Anagé – Bahia.

³⁶ Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira. 87 anos. Entrevista concedida em junho de 2009.

³⁷ Plano de Desenvolvimento das comunidades tradicionais de Vitória da Conquista. Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Série Conquista. 2005.

³⁸ Nome dado ao Aldeamento do Cachimbo, devido ao Rio Verruga, que cruzava essa região indo desaguar no Rio Pardo (hoje, Verruga se transformou na cidade de Itambé)

³⁹ Atestado de óbito de Artur Rodrigues de Oliveira. Arquivo da família.



toda aí é índia. Meus pais nasceram e morreram aqui, por isso que nós somos é dessa nação, dos índios da Batalha⁴⁰.

Para reconstruir suas moradias, os indígenas ajuntavam-se em mutirão, como forma de preservarem os seus costumes. Novamente, Seu Jesulino diz que, “as casas aqui, que nós fazíamos junto, era de palha. E pra menino dormir abria aquelas palha e botava em cima de uma caminha de vara, aqueles jiraus. Num tinha nem coberta pra embrulhar, botava num corão de boi, dormia dez menino junto”⁴¹.

Como não existiam utensílios domésticos, os indígenas decidiram recolher os restos de panelas de barro que encontravam na serra da Santa Inês. As crianças iam até as tocas de pedras dos índios, onde encontravam cacos de vasilhas. Os índios que foram “amansados” deixaram de fabricar a cerâmica e aqueles que iam para os aldeamentos, se ocupavam de outros hábitos, como a agricultura. Conta dona Alriza Rodrigues de Oliveira, de 80 anos, que:

Fulozona era índia, morava lá na Inês. Ela mandava nós apanhar dos índios pra ver, pra fazer as panelas, nós levávamos um trem pesado desse tamanhozinho assim! era um peso, nós levávamos para ela olhar pra fazer. Nós pegávamos os cacos assim por fora, onde é que as índias faziam.⁴²

Com os cacos de panela em mãos, as crianças imitavam as índias antigas, sentando no lugar que elas produziam a cerâmica. “Quando nós apanhávamos as panelas, já tinha muito tempo que eles tinham saído. Nós sentávamos onde por acaso eles faziam. Mas eles sabiam que um dia nós íamos, porque deixou as mostras, aí nós foi lá e apanhou”⁴³. Como meio de preservarem o costume, as mulheres que conseguiram os exemplares de cerâmica se reuniram e todas aprenderam a arte de produzir os artefatos. “Como era nosso costume, toda essa raça de gente aprendeu a fazer panela e todas somos chamada de paneleira”⁴⁴.

⁴⁰ Relatos extraídos dos documentos que acompanharam os registros de negociação para a comunidade ser reconhecida como terras tradicionais. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. 2008.

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² Depoimento de D. Alriza Rodrigues de Oliveira – 80 anos. Entrevista concedida em junho de 2009.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem, ibidem.



A trajetória dos moradores da Batalha mistura-se ao curso da história da região. O processo de resistência e readaptação aos novos hábitos, introduzidos pelos “conquistadores do sertão”, estava apenas se desenvolvendo. Manter o costume tradicional do povo indígena foi, ao longo do tempo, gerando os conflitos constantes com os detentores do poder local. Um exemplo disso é o depoimento de Maria Elza Rodrigues de Oliveira quando ela diz que a matéria-prima necessária para a continuidade do artesanato em barro, agora pertence aos fazendeiros, que em um determinado momento da história do grupo, grilou terras indígenas.

Os litígios acirraram-se pela questão fundiária, a partir dos quais se limitou ainda mais o território dos “paneiros”⁴⁵, como narra o senhor Adelino Rodrigues de Oliveira⁴⁶: “quando foi pra desocupar de novo ali a Batalha, nos anos 10 por aí, foi quando começou a guerra dos coronéis”. Essa guerra foi na verdade disputa pelo poder político, ocorrida entre 1910 e 1919, e que ficou conhecida como luta entre *Meletes e Peduros*⁴⁷. Os ditos coronéis chegavam à região e invadiam as terras. Como ninguém possuía coragem para barrá-los, eles se apossavam do território dando em troca algumas coisas sem valor.⁴⁸ Esse poderio político averiguado em Vitória da Conquista durante boa parte do século XX, foi sentido na comunidade, pois a posse da terra estava novamente em disputa.

Desse modo, o povo da Batalha teve seu território cada vez mais reduzido. Por volta de 1930, apossou-se de partes das terras desse lugar o coronel Zacarias Gusmão e seu irmão Zeca Gusmão⁴⁹. Diz o senhor Adelino: “Eu lembro que em 1930 foi um povo morar aí no Ribeirão. Zacaria e Zeca Gusmão, na época que eles mataram uns guardas. Na época do coronelismo”⁵⁰. Mas os Gusmão não possuíam água na terra deles. Queriam expulsar a família de índios. Sabendo da dificuldade em fazer um acordo, os indígenas optaram por trocar as terras “a troco de uma meia de mato. Aí os Gusmão trocaram um alqueire de terra por essa terra que ele morava aí no final. E nós ficou com a terra seca. Depois teve de comprar a terra de Zacaria de volta, mas foi o jeito de ficar aqui”⁵¹.

⁴⁵ Os descendentes dos indígenas são conhecidos também por paneiros, por causa do fabrico de cerâmica.

⁴⁶ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira – 84 anos. Entrevista concedida em junho de 2009.

⁴⁷ VIANA, A. L., op. cit. pp. 137-142.

⁴⁸ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira, Op. cit.

⁴⁹ Pertencentes à família Gusmão. Tradicional família conquistense desde 1812. Ver: VIANA, Op. cit. p. 83.

⁵⁰ Memórias da Batalha, *op.cit.*

⁵¹ Depoimento do Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira.



Por já existir a experiência da compra de terra por membros da família, para a partilha entre todos, em 1944, Vitório Rodrigues de Oliveira, bisneto de Paulo Rodrigues de Oliveira – que comprou as primeiras terras por um mil réis –, reuniu seus familiares para efetivar o retorno para seus territórios, agora em posse de Zacarias Gusmão. Por mil cruzeiros, os Rodrigues de Oliveira retornam para a Lagoinha na Batalha, onde deveriam permanecer em definitivo, o que não ocorreu, como narra o nosso depoente⁵²:

Depois disso a cidade veio crescendo, veio aumentando, teve outra confusão, mas já foi a guerra deles aqui mesmo, no tempo do finado Olimpo, ali onde hoje é a prefeitura, ali foi esconderijo de cangaceiro, ali perto de onde foi a primeira igreja. Então, morreu muita gente. Era os mocós com o povo de Olimpo, no tempo do coronel Maneca Moreira, que era os donos daqui⁵³.

A esse tempo, fabricar painéis de cerâmica havia se tornado a principal atividade econômica da comunidade. As mulheres recolhiam o barro; os homens, a lenha. As mulheres moldavam a cerâmica e os homens eram responsáveis pelo forno. Ambos vendiam a mercadoria nas feiras da Cidade de Vitória da Conquista⁵⁴. Contudo, com o passar dos anos, a região foi alvo novamente de grilagens, “Pompilo tomou uma parte aí. O finado Pompilo é do sobrado, ali onde é o Banco do Brasil”⁵⁵. Novamente, os coronéis exerceram seu poder de mando para centralizar as terras dessa região, sob o jugo dos povos indígenas que lutaram para manter o pouco que lhes restava.

Pompílio Nunes de Oliveira⁵⁶ foi um coronel descendente da família de João Gonçalves da Costa. Exerceu forte influência política nas últimas décadas do séc. XIX, assim como Zacarias e Zeca Gusmão, que pertenciam a uma das mais importantes famílias de Conquista. A posse das terras da Batalha, desde a conquista do lugar, foi efetivada pelas tradicionais famílias conquistenses e transmitida para seus descendentes. Aos indígenas, restou apenas uma pequena parte e a esperança da retomada do território perdido: “e o mil réis

⁵² Recibo de compra e venda de terras na Batalha. Arquivo do Fórum João Mangabeira, 1944 – Tabela de Notas.

⁵³ Memórias da Batalha, op. cit.

⁵⁴ Plano de Desenvolvimento das comunidades tradicionais de Vitória da Conquista. Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Série Conquista. 2005.

⁵⁵ Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira -, op. cit.

⁵⁶ Sobre personagens históricos ver: VIANA, A. L., op. cit.



de terra que meu avô comprou, acabou tudo. Aí os fazendeiros agora tomaram aí”⁵⁷. Embora tenha havido um processo violento de expropriação das terras indígenas, a resistência observada na construção da memória do povo da Batalha pode ser compreendida como fator propulsor da preservação étnica e identitária, mas não como uma imaginação sem fundamento histórico. Essa memória é reavivada também por meio das interpretações históricas averiguadas nos depoimentos:

Ali eles foram chegando, lá só tinha uns caboclos velhos que ficaram abandonados lá, então venderam, deram, e esse povo aí passaram a mão, tomaram, usaram de esperteza. Ali onde era da gente, depois que o finado Aprígio morreu, o finado Misael⁵⁸ era muito esperto, antes do velho morrer, ele chegou e levou velho para a casa dele, lá o velho morreu, nessas alturas ele passou a mão nos documentos. Então, teve gente que trocou terra até a troca de um rádio. Logo quando saiu o rádio, num era todo mundo que podia ter, então trocou no rádio. E o finado Aprígio⁵⁹ tinha a escritura que rezava que a terra ia até Caetité, essa escritura passou pra mão do finado Misael, que agora deve tá com os filhos. Na mão nossa é que num ficou. Quando minha mãe casou, foi morar nas terras da sogra, só tio Pedro que ficou, os outro foi casando e foi saindo, só ti Pedro sozinho que ficou, até quando ele morreu, coitado. Então, esses documentos ali, donde é o Ribeirão que era da gente, donde hoje os ricos passou a mão, eles é quem tem o documento daquelas terras ali, ninguém mais tinha, a não ser do lado de lá da Lagoinha, mas cá no Ribeirão é essa escritura. Ali era da gente, era tudo nosso. Antes disso, era tudo daqueles primeiros índios⁶⁰.

O interessante aqui é justamente observar a facilidade com que o depoente encontra em definir a razão dos litígios fundiários, como se observa abaixo:

Então, ninguém deu documento de terra ali, mas com a sabedoria deles tomaram a terra. Sabedoria de quem? De Misael, Régis Pacheco, que era os chefes daqui, através de Misael, Bruno Bacelar, Coronel Chicão, e mais outros que tinha aqui [...] aquele Jambim Gusmão, Sabino Morais, eles é que

⁵⁷ Memórias da Batalha, op. cit.

⁵⁸ Misael Marcílio Santos foi vereador em Vitória da Conquista por diversas vezes. Sobre Misael, Aníbal Lopes Viana nos diz que: “era um homem de bem e autêntico líder popular, nunca regateando esforços para servir ao povo”. VIANA, A. L. op. cit., p.294.

⁵⁹ Aprígio Rodrigues de Oliveira (Bisavô do senhor Adelino Rodrigues de Oliveira)

⁶⁰ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira – op. cit.



eram os chefes que mandava aqui, todo mundo tinha medo, todo mundo temia. Ah, é fulano? Quem vai mexer? E aí foi indo, foi perdendo, só ficou aquela tirinha ali que tá com a gente. Mas os fazendeiros adquiriram fácil. Hoje lá tá difícil, num tem espaço. Vamos sair pra esse lado? Num pode, que é de Jessé, vamos tirar uma vara pra fazer um poleiro? Num pode, que é de Tote. Do lado de lá é de fulano, tá difícil, que as terras tá tudo do lado de quem adquiriu com facilidade⁶¹.

Assim, em uma ocasião, no início da década de 1970, alguns indígenas foram contratados para trabalhar numa fazenda vizinha. O patrão oferecia em seu estabelecimento todos os mantimentos necessários para a família dos trabalhadores, que poderiam comprar com um adiantamento do salário, porém os preços eram tão exorbitantes, que estes, por mais que trabalhassem, não conseguiam pagar a dívida, ficando obrigados a permanecer no trabalho. Não suportando a exploração da mão-de-obra, ainda mais sem remuneração alguma, os explorados decidiram, juntos, negociar com o chefe. Este, por sua vez, os ameaçou, mas disse poder resolver o problema, desde que lhe fosse doada parte das terras dos trabalhadores. Não tendo outra saída, os paneiros se reuniram e deliberaram pela doação para o dito chefe, desde que ele liberasse os empregados e deixasse as mulheres recolherem o barro para as panelas. Acordado o processo, “o dito patrão doou dois rádios para demonstrar sua bondade conosco”⁶².

Depois deste episódio, sentindo-se desprotegidos pela lei, os moradores da Batalha optaram por sua filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista. Desse modo, asseguraram por meios legais a posse do pouco que lhes restava daquele lugar chamado Lagoinha. Mas a participação no sindicato rendeu aos paneiros novas experiências de lutas próximas, com outros povos tradicionais, como os quilombolas, que começavam a reivindicar seus territórios. Foi nessa dinâmica que nesse período a câmara de vereadores de Vitória da Conquista aprovou o pedido encaminhado pela comunidade da Batalha para construir um sistema de abastecimento de água⁶³. Porém, para que fosse implantado esse projeto, a Câmara solicitou uma contrapartida dos moradores: a escavação das valas para os

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Pasta conflitos fundiários – 1970.

⁶³ Atas da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – 1970 a 1973 – Arquivo Municipal – Vitória Conquista.



canos, desde a nascente, até as respectivas casas. Com distância de 12 quilômetros, os paneleiros, em mutirão, escavaram o canal até suas moradias⁶⁴.

Não chegando a passar um ano da colocação da rede de água, fazendeiros da região localizados perto da nascente de água, introduziram, ao longo do curso dos canos, desvios que os favoreciam. Diante desse quadro, os paneleiros “*botaram a boca no mundo*”⁶⁵. “O fazendeiro [...] vem trancando o registro da água, para desviá-la para a irrigação do capim para seu gado. A água vem de uma fonte natural da Batalha Velha, onde os índios viveram”⁶⁶. E segue dizendo: “Na época, nós cavamos 12 km de vala para por os canos e, mesmo assim, a água não chega à comunidade. Tem mais de 30 dias que estamos sem água, porque os fazendeiros botaram registros e desviaram essa água.”⁶⁷

Após observarem que não houve ação imediata dos órgãos municipais, os habitantes da Batalha foram à propriedade do dito fazendeiro, mencionado no documento, e retiraram os registros. Mal saíram do local, os funcionários da fazenda recolocaram os desvios. Dessa forma, a água ficou restrita a esta localidade, sendo liberada somente quando agentes municipais iam ao local conferir as denúncias que passaram a ser constantes.

Na década de 1980, deu-se início na Batalha à primeira associação de moradores da região. Parte dos habitantes da comunidade organizou-se na agremiação e buscaram forças para a manutenção do grupo no território⁶⁸. As lutas desencadeadas a partir da existência de entidades que ganharam corpo com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, em Vitória da Conquista⁶⁹, culminaram na fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade, onde diversos membros da referida associação militaram por seus direitos.

Com a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, que reconheceu o direito à manutenção das diferenças culturais, os grupos da Batalha, juntamente com as comunidades

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Expressão do pedido de vistoria encaminhado à prefeitura municipal de Vitória da Conquista – Arquivo da Prefeitura Municipal – Série solicitações de rurais. 1970

⁶⁶ Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana – Arquivo da CRD. 1970 – 1980.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ Fundada em 1989, com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Bases - CEBS, a associação foi o principal meio que os trabalhadores rurais encontraram para garantir o acesso a terra, embora fossem filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, desde os anos 1970. A partir das CEBS, os associados vão manter contato com militantes do Partido dos Trabalhadores, participando desde sua formação. (Arquivo da Comissão Rural Diocesana – pasta CEBS, 1970).

⁶⁹ Arquivo da Comissão Rural Diocesana – Pasta CEBS, 1970.



quilombolas filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em parcerias com as Comunidades Eclesiais de Base, se reafirmaram enquanto descendentes de povos tradicionais e, portanto, herdeiros do território perdido. Iniciou-se a tentativa de retomada das terras em posse dos fazendeiros.

Posteriormente às várias reivindicações feitas pela Associação da Batalha ao poder municipal e a outras instituições e o intenso processo de invasão das terras por fazendeiros, no ritmo de extensão das cercas, parte dos paneleiros se viram forçados a migrar para lugares onde pudessem recomeçar. Mas os que decidiram ficar desenvolveram estratégias de convivência diante do permanente conflito, tendo em vista os litígios constantes⁷⁰.

Fabricar a panela já não era uma tarefa tão simples, pois a dependência da matéria-prima, que se encontrava em outras fazendas, fez com que a atividade artesanal diminuísse. Diz Maria Elza Rodrigues de Oliveira:

às vezes tem barro aí, em terra dos outros e eles num quer dar, que diz que deteriora, aquele homem lá, tem hora que dá um piripaque e fala que num quer dar, que num quer dar porque tá arrancando o capim, mas daí a gente dá uma panela ou um pote pra ele e ele vai deixando, sem querer, mas vai⁷¹.

O comércio da cerâmica também se tornou difícil, devido à ausência de instrumentos que facilitem o transporte e a comercialização:

às vezes, tenho de levar uma carrada de panela pra cidade, pago o caminhão. Chego lá, dá trezentos e cinquenta reais, vamos supor. Eu pago cinquenta do frete; volto, pago quem ajuda; volto, pago minha filha, que me ajuda; aí, volto, compro a lenha. Aí, no final, num sobra nada, fica difícil⁷².

Para criar os animais era necessário, quase sempre, prendê-los, mas certa vez, um jovem que não teve sua identificação revelada nas fontes⁷³, deixou seus animais soltos e estes adentraram a fazenda do mesmo dono que desviara a água. A punição para o referido jovem

⁷⁰ Ata da Associação dos Paneleiros e Batalha, 1980.

⁷¹ Depoimento retirado do Relatório da Batalha – Maria Elza Rodrigues de Oliveira – 40 anos. Ver: OLIVEIRA, Renata Ferreira de. Memória indígena na Batalha. VII Colóquio do Museu Pedagógico UESB. 2008.

⁷² Idem.

⁷³ Notícias dos jornais: *O Combate*, *A Semana* e *Tribuna da Bahia* – Arquivo Municipal de Vitória da Conquista – 1990.



foi a morte. Diante do assassinato, a comunidade da Batalha decidiu recuar perante os fazendeiros, mas por não haver punição alguma a estes, o grupo, sempre que necessário, pressiona-os a partir desse triste fato. As notícias que saíram nos referidos jornais apenas mencionam o fato e o lugar, não divulgando o nome dos envolvidos. Os registros mais concretos foram observados nos depoimentos da família da vítima.

Talvez não haja uma interpretação clara dos fatos políticos daquele momento histórico, no qual o poder de mando dos coronéis alcançou os territórios indígenas. Isso pode ser facilmente explicado pelo fato de a maioria dos depoentes,⁷⁴ ser semianalfabeta e não ter acesso a nenhum tipo de história registrada. Mesmo assim, eles conseguem reconstruir e reinventar uma memória sobre seus antepassados, cuja existência entre o grupo remonta há pelo menos duzentos anos, alimentada pelo processo histórico desencadeado ao longo do tempo, a partir da reconstituição de fatos nos quais aparecem outros personagens que marcaram a história, o ambiente, os mitos e as mudanças em que os indígenas estão agora inseridos. Pensar sobre isso nos leva a entender que a recriação de fatos históricos, por meio da memória, é uma invenção importante para a construção da identidade indígena grupal. Essa identidade é constantemente reelaborada a partir das conexões que o grupo foi fazendo com a sociedade conquistense que ainda os cercam.

É dentro desse contexto que a região da Batalha construiu e constrói a sua história, viva nos dias de hoje. Os componentes desse espaço, que tentamos identificar nas narrativas, enquanto resultado da ação política e da experiência desses povos, por meio de processos de resignificação cultural e social perpassam dois vieses imperiosos para entendermos esse ambiente na sua dimensão indígena. Primeiro, o grande conflito entre João Gonçalves e os Mongoyó, as resistências e permanências. Segundo, é a reafirmação da identidade indígena, averiguada, sobretudo, nos relatos orais, e que vai buscar as suas origens nos tempos da grande batalha.

⁷⁴ O senhor Adelino, o senhor Jesulino e outra grande parte dos depoentes.



Considerações Finais

O desaparecimento das etnias indígenas do Planalto da Conquista não significou a perda da história desses povos. Sua resignificação vem sendo revelada pelos estudos acerca das comunidades tradicionais localizadas nessa região⁷⁵. As observações realizadas permitem entender que as memórias sobre um passado indígena são inseridas no conjunto do grupo da Batalha e preservadas por seus descendentes ao longo do tempo, sobretudo na composição social das comunidades do meio rural.

À luz dessas novas questões, é possível pensar o grupo que compõe a Batalha como resultado de um processo adaptativo que possibilitou a sua continuidade na história a partir do ressurgimento étnico, que se contrapõem diretamente à noção de que os povos indígenas do Sertão da Ressaca foram dizimados, conforme narrou boa parte da literatura aqui discutida sobre a fundação da cidade de Vitória da Conquista. A composição social da Batalha, no que tange à identidade indígena, é sustentada pela noção de resistência dos índios que se refugiaram na Serra de Santa Inês, ou que gradativamente foram “amansados” e inseridos no convívio do “civilizado”, questão averiguada em todos os depoimentos.

Essas narrativas denotam, também, a transição dos indígenas entre os territórios, e ainda aponta uma tomada de decisão: a de ficar na terra de origem, a ir para o Posto dos Índios e manter-se enquanto índio aldeado. A escolha, aqui assinalada, pode ser interpretada, além disso, como uma forma de manifestação da ação política coletiva, uma vez que houve a continuidade de uma etnicidade ligada à identidade indígena, responsável pela reconstrução da comunidade.

Assim, auferimos que as experiências no campo da resistência, observadas na trajetória da Batalha foram adquiridas, também, a partir da interpretação dos fatos históricos que ajudaram na reconstrução de seu passado. Houve a reelaboração dos episódios e mitos

⁷⁵ Entendo por Comunidades Tradicionais aquelas que de acordo com o Decreto Federal 6040/2007 as definem como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição". Ver: Decreto Federal 6040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República.



abordados na historiografia conquistense. Cada componente nascido a partir das narrativas fundamenta-se enquanto rememoração de uma história entrelaçada entre colonizadores e índios e, posteriormente, entre fazendeiros e paneleiros resistentes.

A identidade formada a partir da noção de etnicidade revela-se enquanto instrumento de construção das relações sociais, dentro de um sistema cultural que situa os indivíduos no espaço e no tempo histórico. É sumamente importante considerarmos os contextos e procedimentos históricos, nos quais foram processadas as mudanças na esfera étnica e identitária, tendo em vista as reelaborações das tradições, as rearticulações de elementos novos dotados de significados, atribuídos por meio da experiência das comunidades.

Os conflitos vivenciados pelo território da Batalha encontraram, na resistência da comunidade, um ponto em comum ratificado nas narrativas que, de forma subjacente, podem auferir a existência de uma reorganização da noção de etnicidade, quando o caráter exógeno do litígio denuncia o modelo sócio-conjuntural enfrentado pelo grupo. O reconhecimento do direito à terra cria uma dinâmica positiva, na qual a autoestima se fixa, aumentando a capacidade de organização e resistência. Todas as lutas enfrentadas pelo grupo sintetizam o desejo de permanência para os que estão e de retorno para os que partiram.

Bibliografia

AGUIAR, Edinalva Padre. (org.) *Ymboré, Pataxó, Kamakã: A presença indígena no Planalto de Conquista*. Museu Regional de Vitória da Conquista – UESB, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

MEDEIROS, R.H. de A. *Recomendação ao bandeirante*. Fifó, Vitória da Conquista, p.8.

_____. *Os Mongoiós e seu Destino*. Fifó, Vitória da Conquista, p. 8 e 9 de novembro, 1980.

_____. *O município da Vitória*. Notas críticas. Vitória da Conquista, 1996.



Grandes Reportagens do Correio da Bahia. A Conquista do Oeste: Patriarcas de Conquista. *Revista Memória da Bahia*. UCSAL, 2002.

PARAÍSO, Maria H. B. Os índios do Rio Pardo e a Imperial Vila da Vitória. *Revista do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA*, Salvador, Ano 1, n.1, dez. 1984.

_____. *Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no Sul da Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 1982.

_____. Palestra: *O silêncio na História*. Povos indígenas à Margem da História e o caso de Vitória da Conquista. Museu Regional, 2000.

_____. PARAÍSO, Maria H. B. *Trabalho Escravo de crianças indígenas: Uma realidade do século XIX*. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/maria_hilda_baqueiro_paraíso.pdf.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado. UFBA. 2012.

_____. *Resistência e Identidade Indígena na Batalha: trajetória histórica de comunidades rurais no Planalto da Conquista*. Monografia de finalização de curso, UESB, 2009.

SILVA, A L. da. (org). *A Temática Indígena na Escola*. Global Editora. São Paulo, 1998.

SOUSA, Maria. Aparecida. Souza. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Edições UESB, Vitória da Conquista, 2001.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

TORRES, Tranquilino. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: UESB, 1996.

THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982.

WIED, NIWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil: Rio/São Paulo*. Companhia Editora Nacional, 1940.